

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.867 - PR (2018/0325241-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : OSLEIDE MARA LAURINDO - PR047917  
JOSÉ ARMANDO DA GLÓRIA BATISTA E OUTRO(S) - PR062924  
DANIELA BENES SENHORA HIRSCHFELD - PR062923  
**AGRAVADO** : OILTON PEREIRA EVANGELISTA  
**ADVOGADOS** : ANTÔNIO CARLOS BONET - PR034065  
RODOLFO PINO CLIVATTI - PR061183

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por incidência das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 535/538).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 392):

ACÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL POR ACIDENTE. PEDIDO IMPROCEDENTE. INSURGÊNCIA DO AUTOR. SUBMETENDO-SE O CONTRATO ÀS REGRAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DEVENDO INCIDIR O DISPOSTO EM SEU ART. 47, QUE DETERMINA QUE AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS SERÃO INTERPRETADAS DE MANEIRA MAIS FAVORÁVEL AO CONSUMIDOR, E INEXISTINDO PROVA CABAL DE QUE O SEGURADO, NO MOMENTO DA CONTRATAÇÃO, TENHA SIDO CLAMAMENTE INFORMADO A RESPEITO DA LIMITAÇÃO CONTRATUAL CONSISTENTE NO FRACIONAMENTO DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE EM CASO DE PERDA FUNCIONAL PARCIAL, A DESPEITO DO QUE PRECONIZA O ART. 6º, III, DA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA, DEVE A RÉ SER RESPONSABILIZADA PELO PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA INDENIZAÇÃO, DESCONTADO O VALOR RECEBIDO PELO AUTOR ADMINISTRATIVAMENTE. RECURSO PROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 416/421).

No especial (e-STJ fls. 424/441), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente alegou, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 21, §§ 1º, 2º e 3º, 35 e 36 do Decreto-Lei n. 73/1966, 667, 668, 757, 760, 767 e 801 do CC/2002, 8º do CPC/2015, 6º, III e V, e 54, § 4º, do CDC, sustentando, em síntese, a observância do dever de informação e a inexistência de cobertura securitária.

No agravo (e-STJ fls. 541/553), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

O recorrido apresentou contraminuta (e-STJ fls. 558/565).

É o relatório.

Decido.

Extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fl. 398):

Não há indicativo de que, no momento da contratação, ao autor tenha sido clara e

adequadamente informado de que a cobertura por invalidez parcial se daria de forma fracionada, utilizando-se a tabela inserida nas condições gerais do seguro, o que restringe o pagamento da integralidade do valor quando houver invalidez permanente e parcial, decorrente de acidente.

Ademais, é cediço que tanto a apólice quanto o certificado individual são entregues posteriormente ao segurado. E, ainda assim, tais documentos, como demonstram as telas acima, não indicam de que a cobertura por invalidez permanente por acidente, quando ocorrer perda funcional parcial, será utilizado percentual relativo à lesão.

Em nenhum documento apresentado consta assinatura do segurado, para que se afirme que tinha conhecimento completo das cláusulas contratuais, ainda mais por não ter sido juntada sequer a proposta do seguro.

Para acolher a pretensão recursal e reconhecer a observância do dever de informação e, por consequência, a inexistência de cobertura securitária nos termos requeridos, seria imprescindível a reavaliação das cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Com relação ao apontado dissídio jurisprudencial, a incidência da Súmula n. 7/STJ inviabiliza também o exame do recurso especial pela alínea "c" da norma autorizadora. Nesse sentido: AgRg no Ag n. 1.346.248/MG, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/5/2012, DJe 22/5/2012; REsp n. 1.086.048/RS, Relator Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 21/6/2011, DJe 13/9/2011; EDcl no Ag n. 984.901/SP, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/3/2010, DJe 5/4/2010; AgRg no REsp n. 1.030.586/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 30/5/2008, DJe 23/6/2008.

Diante do exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

**Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator